

**Processo / Documento nº :** 706680 / 2020  
**Período de referência:** 2020  
**Unidade Jurisdicionada:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO  
**Relator:** MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO  
**Termo de alerta nº:** 1745 / 2020

## TERMO DE ALERTA – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, com fundamento no artigo 1º, incisos VII e XIX, de sua Lei Orgânica e no artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre o dever de divulgar os instrumentos de transparência da gestão pública em meios eletrônicos de acesso público, vem emitir ALERTA ao órgão acima especificado, em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Administração Municipal, devido à constatação da seguinte situação:

### I. Situação Encontrada

Dados Verificados	Situação
Endereço Pesquisado	<a href="http://www.transparenciaicone.com.br/alminoafonso/">www.transparenciaicone.com.br/alminoafonso/</a>
Data da Pesquisa	13/08/2020
PPA	Divulgado
LDO	Divulgado
LOA	Divulgado
Prestação de Contas Anuais	Divulgado
RREO	Divulgado
RGF	Divulgado
RREO simplificado	Divulgado
RGF simplificado	Divulgado
Processos de despesas	Divulgado
Bem/Serviço contratado	Divulgado
Credores	Divulgado
Receitas arrecadadas	Divulgado
Procedimentos licitatórios realizados	Não Divulgado
Editais de licitação	Não Divulgado
Resultados de licitações	Não Divulgado
Contratos firmados	Divulgado
Lista de exigibilidades	Não Divulgado
E-SIC	Possui

Em razão da situação apontada pelo Corpo Técnico, sem embargo das atividades de fiscalização afetas a este Tribunal, recomenda-se que ocorra no prazo de 30 (trinta) dias, a adoção de providências para a efetiva divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e dos dados da execução orçamentária e financeira, nos moldes previstos nos artigos 48 e 48-A, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de instauração de processo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções cabíveis.

Natal(RN), 8 de Outubro de 2.020

MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO

Conselheiro Relator